

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

RUI NELSON DA CONCEIÇÃO DA SILVA

CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL E DIREITO DE ASILO

**CURITIBA
2006**

RUI NELSON DA CONCEIÇÃO DA SILVA

CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL E DIREITO DE ASILO

Monografia apresentada como requisito parcial a
conclusão do Curso de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Tatyana Scheila Friedrich.

CURITIBA
2006

TERMO DE APROVAÇÃO

RUI NELSON DA CONCEIÇÃO DA SILVA

CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL E DIREITO DE ASILO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^a Tatyana Scheila Friedrich

Prof^a. Rosicler dos Santos

Prof^a Denise Briel

Agradeço a Professora Tatyana Scheila Friedrich pela orientação prestada e aos meus pais José e Armanda e a meu irmão Cláudio, pelo carinho e dedicação que sempre me deram.

Dedico este trabalho a meus pais José e Armanda
pelo apoio durante toda essa caminhada.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | HISTÓRICO..... | 7 |
| 3 | CONCEITO E CONDIÇÃO JURÍDICA DE ESTRANGEIRO | 9 |
| 4 | ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL..... | 12 |
| 4.1 | VISTO DE ENTRADA | 12 |
| 4.2 | TIPOS DE VISTO..... | 14 |
| 4.3 | DOCUMENTOS DE VIAGEM PARA ESTRANGEIROS..... | 21 |
| 5 | DIREITO DE ASILO | 26 |
| 5.1 | CONCEITO | 26 |
| 5.2 | ASILO TERRITORIAL..... | 27 |
| 5.3 | ASILO DIPLOMÁTICO | 29 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 32 |
| | REFERÊNCIAS..... | 33 |

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscar-se-á, fazer um estudo da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, onde gozam de aparente igualdade em relação aos cidadãos brasileiros, fato que se verá adiante no desenrolar do primeiro capítulo, do presente estudo.

O segundo capítulo do presente estudo será centrado nos requisitos de admissão de estrangeiros no Brasil, do visto de entrada e seus diferentes tipos, dos documentos de viagem do estrangeiro. Também será feita nesse capítulo a análise da situação dos portugueses que gozam de tratamento diferenciado em relação aos demais estrangeiros por conta do estatuto da igualdade.

Por último será feito um estudo do direito de asilo nas suas duas formas: territorial e diplomática, uma vez que o indivíduo que goza de asilo não deixa de ser estrangeiro, embora o motivo que o traz ao Brasil seja diferente do que traz o estrangeiro comum ao território brasileiro, assim como são diferentes as circunstâncias em que entra no território brasileiro.

2 HISTÓRICO

Os estrangeiros nem sempre receberam um tratamento tão pacífico como o que vem recebendo nos dias atuais, no seio das sociedades em que se inserem, passando por diversos períodos turbulentos ao longo da história até começarem a receber um tratamento digno por parte da maioria dos povos como acontece atualmente.

Para que se demonstre essa evolução será tomado como exemplo, o tratamento a algumas legislações antigas concediam ao estrangeiro.

A maioria das antigas legislações estabeleciam, tratamento severo aos estrangeiros, amparadas por fundamentos de cunho religioso, pois cada cidade tinha adoração a seus deuses, o que justificava o tratamento severo que a maioria delas concediam ao estrangeiro, pelo fato deste adorar a outros deuses do local onde se inseria. Assim se procedia na Índia antiga, que era dividida nas seguintes classes sociais: os *Brâmanes* que eram a classe superior, os *Charitas* que eram os guerreiros, os *Vaysias* agricultores e por último os *Sudras* que pertenciam a classe trabalhadora. O estrangeiro pelo fato de adorar a outras divindades o estrangeiro estava colocado na mesma categoria que os animais selvagens, sendo portanto amaldiçoado¹.

Tratamento diferenciado também, recebia no Egito antigo onde o trabalho servil era reservado para os estrangeiros.

Na Roma antiga e por conta da lei das XII tábuas que era muito severa o estrangeiro era confundido com inimigo, sendo-lhe vedado contrair justas núpcias, comerciar e apelar de sentenças do pretor par o julgamento popular. Com o desenrolar das relações comerciais em Roma o estrangeiro passa a ser inserido aos poucos no seio da sociedade amparado pelo *Jus gentium*, que regulava as relações entre romanos estrangeiros e também regulava as relações entre os próprios estrangeiros². Nesse período já se nota um abrandamento no tratamento dos estrangeiros embora estes ainda são profundamente separados do nacionais.

¹ ARAÚJO, Luiz Ivani De Amorim. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

² ARAÚJO, Luiz Ivani De Amorim. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

A evolução rumo a igualdade passou ainda por diversas outras fases como a da invasão bárbara, período da pessoalidade das leis, passou ainda pelo período de proteção real em que o estrangeiro goza de proteção do rei, e onde surge o direito de *albinagio* (que era direito do rei suceder a estrangeiro que não tivesse filhos).

Passou ainda história por diversos outros períodos até que se chegasse a fase atual em que estrangeiro e aceite na maioria dos países de forma pacífica.

Tem-se que o Brasil seguindo o movimento pacifista, concedeu a abertura dos seus portos no séc. XIX visando estimular a imigração com o fundamento de que era necessário aumentar a lavoura e população do país. No séc. XX a influência dos Estados Unidos da América que arraigava sua política de emigração, na restrição a entrada de estrangeiros em seu território, através do sistema de quotas que foi seguido aqui também houve um retrocesso na evolução da imigração livre de distinções³. O Sistema de quotas foi abolido pela Constituição de 1964, passando novamente a vigor o sistema da livre circulação, mantido até hoje na Constituição Brasileira e no Código Civil.

Em relação ao direito de asilo tem-se que antigamente era concedido a criminosos comuns na forma religiosa, pelo fato de que o estrangeiro que se encontrasse no interior dos templos pagãos não poder ser retirado pelo temor a fúria dos deuses, passa-se para a fase do cristianismo onde muda a concepção em relação ao criminoso comum que ali, por se entender ser este um arrependido, constituindo deste modo sua busca no interior da igreja como sacrílega e assim foi evoluindo o asilo, também passando pelos períodos bárbaros, medieval (a partir daqui deixa de se conceder asilo ao criminoso comum e passa-se a concedê-lo apenas ao criminoso Político), absolutistas onde gozava de proteção por parte dos Reis, até se chegar à Revolução Francesa que é um marco importante tanto para o direito de asilo como para a condição jurídica do estrangeiro.

³ DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado (Parte Geral)**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

3 CONCEITO E CONDIÇÃO JURÍDICA DE ESTRANGEIRO

Em primeiro lugar define-se o estrangeiro e, na sequência, os aspectos relativos ativos à sua condição jurídica. Segundo Accioly⁴,

Ao determinar quais são os seus nacionais, o Estado automaticamente classifica como estrangeiros os demais indivíduos que se encontram em seu território, quer a título permanente, quer a título temporário, os quais poderão possuir uma nacionalidade estrangeira ou ser apátridas, isto é, não possuir uma nacionalidade.

Assim, define-se por estrangeiro aquele que não pertence ao país em que se encontra⁵. No Brasil, considera-se por estrangeiro aquele que nasceu fora do território nacional e que, por qualquer forma prevista na constituição, não adquiriu nacionalidade Brasileira⁶. Ainda segundo o autor, nota-se ainda a existência de dois tipos de estrangeiros, os residentes e os não residentes.

Deste modo, a condição de estrangeiro é a que o indivíduo assume, desde que se insere no seio de uma sociedade que não a sua, não importando o motivo pelo qual o faz.

Neste contexto Reschteinier expõe;

As regras jurídicas sobre a condição do estrangeiro definem a sua situação jurídica em relação ao nacional. São normas substantivas, diretamente aplicáveis às pessoas de nacionalidade estrangeira não se confundindo, assim com as normas indicativas ou indiretas do direito internacional privado que designam tão-somente, o direito aplicável a uma relação jurídica com conexão internacional, não solucionando a *quaestio iuris* propriamente dita.⁷

Conforme nota-se, as normas sobre a condição jurídica do estrangeiro não são normas de Direito Internacional Privado, e sim, as do Direito Internacional Público. E em relação a tal entendimento, a doutrina se divide em duas correntes. Uma da qual são adeptos Valadão, Tenório e Dollinger, que preferem tratar do

⁴ ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 340.

⁵ Neste sentido se manifesta Oscar Tenório. TENORIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**. 11. ed. v. I. São Paulo - Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. p. 251.

⁶ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 321.

⁷ RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 29.

assunto na parte geral do Direito Internacional Privado, fazendo-o por questões didáticas⁸, e outra que trata do assunto no Direito Internacional Público, o fazendo por entender serem tais normas de direito publico. Nesta última vertente, detacam-se autores como Accioly, Rezek, Mello e Amorim.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 22, XV, mostra bem como a questão da imigração é um assunto interno do Estado. Em seu âmbito, ela estabelece a competência privativa da União para legislar, acerca da emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. Tais matérias, cabem ao Estado legislar.

Para além da Constituição, uma série de outros diplomas internacionais demonstram ser um assunto interno, dentre os quais destaca-se a Convenção de Havana que, em 1928, assim dispõe no seu artigo I: “Os estados têm o direito de estabelecer por meio de leis, as condições de entrada e residência dos estrangeiros em seus territórios”.

No Brasil, o diploma legal que trata da condição jurídica dos estrangeiros é a Lei 6.815, de 19 de Agosto de 1980; a qual foi alterada pela Lei 6.964 de Dezembro de 1981, então denominada de Estatuto dos Estrangeiros. No seu escopo encontra-se a regulação a situação jurídica dos estrangeiros, onde rege-se a admissão e entrada no território brasileiro, os tipos de visto, a transformação de um tipo em outro, o registro da sua documentação para viagem (a saída e o retorno ao território nacional), e a condição de asilado dentre uma serie de outros assuntos atinentes a estrangeiros no território brasileiro.

Conforme finaliza-se, a Lei 6.964 de Dezembro de 1981 cria o Conselho Nacional de Imigração (CNI)⁹ que, através de resoluções, tem a função de coordenar as atividades de imigração, formular os objetivos para elaboração da política imigratória, e estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, à captação de recursos para setores da economia nacional e à captação de recursos para setores específicos. Além disso, busca também promover ou fomentar o estudo de

⁸ RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 32- 33.

⁹ Conselho Nacional de Imigração é o órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e integrado por representantes dos do Ministérios do Trabalho, Justiça, Relações Exteriores, Agricultura, Saúde Indústria, Comércio e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conforme art.129 do Estatuo dos Estrangeiros.

problemas relativos à imigração, definir as regiões destinadas à imigração, definir as regiões destinadas à imigração dirigida, efetuar o levantamento das necessidades de mão-de-obra estrangeira e qualificada para a admissão em caráter permanente ou temporário, dirimir as dúvidas e, finalmente, solucionar os casos omissos no que diz respeito a admissão de imigrantes e a alteração da legislação relativa à imigração.

Pelo visto e complementando, para além da Lei 6.815 tem-se o decreto n. 86.715/81 que, regulamentando as regras estipuladas pela Polícia Federal e a condição jurídica de estrangeiro, é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Assim, tendo-se demonstrado o assunto segundo de direito público, tem-se que o Estado pode impor certas restrições e requisitos para que o estrangeiro entre em seu território. Conforme o artigo II da Convenção sobre Asilo Diplomático, o país não tem a obrigação de admitir, nem muito menos de dar justificativa do porque admitiu ou não. Assim o artigo reza: “Todo Estado tem o direito de conceder asilo, mas não se acha obrigado a concedê-lo, nem a declarar porque o nega”.

Deste modo, a faculdade que tem o Estado de obstar e impor requisitos para que o estrangeiro entre em seu território, decorre da sua soberania que só é limitada pelo Direito Internacional Público. Ele garante ao indivíduo de nacionalidade estrangeira um mínimo de direitos fundamentais que o Estado deve respeitar¹⁰; conforme manifesta-se Tenório¹¹. O Brasil, por ser uma nação soberana, também tem essa faculdade conforme redação do inciso I do art. 1º da Constituição Federal. Nele aponta-se a soberania como um dos fundamentos da república.

Quando se fala em condição jurídica do estrangeiro, fala-se para além da admissão e todas as suas conseqüências, da saída compulsória do território brasileiro e também de suas conseqüências e por último do direito de asilo.

Em seguida será feita uma análise da questão atinente, a admissão de estrangeiros no território brasileiro, que será objeto do presente estudo ao lado da condição de asilado, a luz da legislação brasileira.

¹⁰ RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 29.

¹¹ TENÓRIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**. 11. ed. v. I. São Paulo - Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976. p. 250.

4 ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

4.1 VISTO DE ENTRADA

No que toca a admissão de estrangeiros, Rezek destaca a importância de se distinguir aqueles que adentram ao país com o animo de se fixar, a quem chamou de imigrantes, daqueles que o fazem temporariamente (turistas, estudantes, desportistas missionários, homens de negócios, etc.).¹²

Ressalte-se que a legislação brasileira adota uma política que se inspira no atendimento a segurança nacional, a organização institucional e nos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, inclusive na defesa do trabalhador nacional, quando o assunto em tela é a admissão de estrangeiros no Brasil, conforme redação dada pelo art. 2º do Estatuto dos Estrangeiros.

De acordo com o Decreto regulamentador da referida Lei, a admissão de estrangeiros em território brasileiro se fará mediante concessão de visto de entrada, em redação dada pelo art. 2º *caput* e seus incisos onde trata também dos sete tipos de vistos necessários para tal ingresso, sendo eles: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e Diplomático.

A política de concessão de vistos adotada pelo Brasil é a da reciprocidade conforme reza o art. 1º do Decreto 82. 307/78¹³.

Via de regra os vistos serão concedidos pelas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira, Vice-Consulados e pelos Consulados Honorários brasileiros, no exterior do país. Em relação a estas três últimas instituições brasileiras, tem-se que só poderão conceder visto quando autorizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e só para o visto de cortesia, conforme redação dada pelos parágrafos 1º e 2º do art. 2º do Decreto.

Para além destas instituições, poderão ainda conceder visto brasileiro repartições consulares de países encarregados dos interesses brasileiros nos casos

¹² REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 185.

¹³ Art. 1º - As autorizações de vistos de entrada de estrangeiros no Brasil e as isenções e dispensas de visto, previstas na legislação em vigor, para todas as categorias, somente poderão ser concedidas se houver reciprocidade de tratamento para brasileiros.

em que houver suspensão de relações diplomáticas entre o Brasil e outro Estado qualquer que seja¹⁴.

O visto para ingresso em território brasileiro é individual e, portanto, sua concessão será em benefício apenas de quem o requereu. Existem exceções aos casos em que poderá ser estendida a dependente legal, desde que para tal o estrangeiro prove a dependência mediante a apresentação de certidão oficial ou documento idôneo, solicitado pela autoridade consular que solicita o visto. Ainda a respeito da extensão do visto ao dependente, o estrangeiro que a solicita não poderá estar enquadrado em nenhuma das situações, para as quais o Brasil não concederá visto ao estrangeiro:

Art. 5º - Não se concederá visto ao estrangeiro:

I - menor de dezoito anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;

II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a Lei brasileira; ou

V - que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Situação particular vive o apátrida que, para obter visto, deverá apresentar os documentos requeridos a estrangeiro normal, apresentar prova oficial de que poderá voltar ao país da onde provém, a seu país de residência, ou ainda de poder ingressar em outro país¹⁵. Ainda a respeito do visto de entrada, sua concessão que se fará no documento de viagem do estrangeiro, que deve ser válido para o Brasil. A autoridade Consular responsável pela concessão do visto deverá colocar no documento a classificação do visto, o prazo de estada e o prazo de validade para a utilização do mesmo.

¹⁴ Art. 2º, § 3º - No caso de suspensão de relações diplomáticas e consulares, os vistos de entrada no Brasil poderão ser concedidos por Missão diplomática ou Repartição consular do país encarregado dos interesses brasileiros.

¹⁵ Apátridas são pessoas que não possuem nacionalidade como se pode ver em STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado**. 3. ed. Aumentada. São Paulo: LTR, 1996. p. 211.

Assim como o visto pode ser estendido a dependente legal, no caso de impedimento (embora não configure pena para o impedido), este não será estendido aos seus dependentes¹⁶.

4.2 TIPOS DE VISTO

O primeiro tipo de visto que trata a legislação brasileira é o de trânsito, que será concedido aos estrangeiros que estejam de passagem pelo território brasileiro. No entanto, se a viagem for contínua não lhes será exigido visto, pois sua parada no território brasileiro será apenas para efeito de escala obrigatória e troca de meio de transporte. Este tipo de visto tem validade de dez dias, sendo este prazo improrrogável e para uma só entrada.

Para obtenção desse tipo de visto, o estrangeiro precisa apresentar passaporte válido ou documento equivalente, certificado internacional de imunização, quando necessário e bilhete de passagem para o país de destino.

No documento de viagem deverá constar, se necessário, visto apostado pelo representante do país de destino. Tais documentos deverão ser apresentados pelo estrangeiro aos órgãos federais no momento da entrada no território brasileiro, conforme o art. 15, I, II, III, § 1º e § 2º do Decreto n. 86.715/81. Já o art. 42 do referido decreto diz que;

Quando a viagem contínua do estrangeiro tiver que ser interrompida por impossibilidade de transbordo imediato ou por motivo imperioso, o transportador, ou seu agente dará conhecimento do fato ao Departamento de Polícia Federal, por escrito.

Parágrafo único - O Departamento de Polícia Federal, se julgar procedente os motivos alegados, determinará o local em que o mesmo deva permanecer e as condições a serem observadas por ele e pelo transportador, não devendo o prazo de estada exceder ao estritamente necessário ao prosseguimento da viagem.

O segundo tipo de visto, é o visto de turista. Tal visto é concedido para aqueles que vêm ao país com objetivo de recreio, e poderá ser dispensado a turista

¹⁶ O art. 5º XLV da Constituição Brasileira fala que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

de país que dispense igual tratamento ao brasileiro. No que tange a sua de validade, o art. 12 do Estatuto dos Estrangeiros traz a seguinte redação:

Art. 12 - O prazo de validade do visto de turista será de até cinco anos, fixado pelo Ministério das Relações Exteriores, dentro de critérios de reciprocidade, e proporcionará múltiplas entradas no País, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias por ano.

Parágrafo Único - O prazo poderá ser reduzido, em cada caso, a critério do Ministério da Justiça.

No momento do requerimento deste visto, o estrangeiro deve apresentar o passaporte ou documento equivalente válido para o território brasileiro, bem como a prova de sua subsistência bem como o bilhete de passagem para entrada e saída do Brasil. Ao portador desse tipo de visto deve apresentar os documentos acima mencionados, aos órgãos federais no momento de sua entrada no Brasil.

Situação peculiar vive o estrangeiro nacional de país para o qual o Brasil dispensa a exigência do visto de turista, que ao entrar em território nacional deverá apresentar aos órgãos federais, do Brasil, apenas os seguintes documentos: Passaporte ou documento equivalente ou sua carteira de identidade, quando admitida, e certificado internacional de imunização, quando for necessário. Além do bilhete de passagem, que o habilita a sair do território à prova de sua subsistência, nos casos em que haja duvida em relação à condição de turista.

O visto temporário é o terceiro na ordem, do art. 8º do estatuto, e apresenta diversas variáveis como: Cultural ou missão de estudos, para viagem de negócios, para artistas ou desportistas, para estudante, para cientistas, professores, técnicos ou profissionais de outra categoria (sob regime de contrato ou a serviço do Governo Brasileiro), para correspondente de jornal, revista, radio, televisão ou agência noticiosa e, por último, para ministro de confissão religiosa, membro de instituto de vida consagrado e ordem religiosa.

Para obtenção desse tipo de visto, serão necessários no momento da requisição o passaporte ou documento equivalente, o certificado internacional de imunização, quando necessário, o atestado de saúde, a prova de meios de subsistência e, o atestado de antecedentes penais ou documento equivalente. No caso deste atestado, este deverá ser nos moldes que a autoridade consular solicitar (Nos termos do art.23 do Decreto n. 86.715/81).

Quanto aos prazos de estada, para portadores de visto temporário, serão os constantes dos incisos do art. 25 do Decreto n. 86.715/81:

Art. 25 - Os prazos de estada no Brasil para os titulares de visto temporário serão os seguintes:

I - no caso de viagem cultural ou missão de estudos, até dois anos;

II - no caso de viagem de negócios, até noventa dias;

III - para artista ou desportista, até noventa dias;

IV - para estudante, até um ano;

V - para cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro, até dois anos;

VI - para correspondente de jornal, revista, rádio, televisão, ou agência noticiosa estrangeira, até quatro anos;

VII - para ministro de confissão religiosa, membro de instituto de vida consagrada ou de congregação ou ordem religiosa, até um ano.

Aos estrangeiros que têm esse tipo de visto, ser-lhes-á permitido requerer a cédula de identidade para além da carteira de identidade de estrangeiro em vigor, que será emitida por órgão do Ministério da Justiça¹⁷.

Visto permanente é o concedido ao estrangeiro que se pretenda fixar definitivamente no Brasil. Pode contudo ficar condicionado, por prazo não superior a cinco anos, ao exercício de atividade certa e a fixação em região determinada do território nacional. Tal condição não se aplica aos portugueses, ressalvados os interesses de segurança nacional e problemas de saúde.

Os requisitos para obtenção desse tipo de visto são: Passaporte ou documento equivalente, certificado internacional de imunização, quando necessário, atestado de saúde, atestado de antecedentes penais ou documento equivalente, a critério da autoridade consular, prova de residência, certidão de nascimento ou de casamento e contrato de trabalho visado pela Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho, quando for o caso.

Para além da apresentação desses documentos, o estrangeiro deverá satisfazer as exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração. Essas exigências se dão através das normas de seleção de imigrantes, conforme redação do art. 27 da Lei 6.815/80.

¹⁷ Conforme redação do art. 132 do Estatuto dos Estrangeiros, o Ministro da Justiça é o responsável por instituir o modelo que devera ser único, da Cédula de Identidade de Estrangeiro.

O visto oficial se concede a estrangeiros que venham ao Brasil em missão oficial, ou em caráter particular, e a funcionários internacionais portadores de documentos de viagem expedidos por organizações da qual o Brasil faça parte.

O diplomático é o que se concede a funcionários de missões diplomáticas e repartições consulares acreditados junto ao governo brasileiro, bem como a representantes e funcionários de organismos internacionais. Titular de visto de diplomático, oficial ou de cortesia acreditado junto ao governo brasileiro, ou cujo prazo previsto de estada no país seja superior a noventa dias, deverá providenciar seu registro no Ministério das Relações Exteriores ao passo que os titulares dos demais tipos de visto deverão fazê-lo no Departamento de Polícia Federal; cito na localidade em que se encontrarem.

Visto de cortesia, com base no *comitas gentium*, depende de posições político-estratégicas do governo¹⁸.

O visto de entrada não será concedido a menor de 18 anos, desacompanhado de seu responsável legal ou que não tenha autorização expressa do mesmo, bem como ao estrangeiro considerado nocivo a ordem pública, que tenha sido expulso do país anteriormente a não ser que tal expulsão tenha sido revogada. Também não será concedido a estrangeiro condenado, ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a Lei brasileira. Por último, que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde, de acordo com a redação do art. 7º e seus incisos do Estatuto dos Estrangeiros¹⁹.

Atendidos estes requisitos, o estrangeiro pode entrar no país e nele circular livremente. A regra adotada pela legislação brasileira é a da liberdade de locomoção, conforme reza o inciso XV do artigo 5º da Constituição: “XV - É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da Lei nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

Uma vez admitido, o Estado deve reconhecer ao estrangeiro uma série de direitos e impor-lhe uma série de deveres.

¹⁸ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 254.

¹⁹ No mesmo sentido o art. 5º do Decreto nº 86.715/81.

Os direitos que ao estrangeiro são reconhecidos, decorrem de duas circunstâncias: da personalidade humana, com os direitos que lhes são inerentes e que nenhum Estado pode ignorar, e da situação do Estado como membro da comunidade internacional com os deveres de interdependência e solidariedade entre as nações, impostos por essa situação. Donde resulta que o Estado deve regular a condição dos estrangeiros, sem distinção de nacionalidade, protegendo-os em suas pessoas e bens reconhecendo a todos o mínimo de direitos admitidos pelo direito internacional.²⁰

Deste modo, não só o estrangeiro goza de direitos e deveres, mas também o Estado que o acolhe passa a ter para com ele alguns direitos-deveres, como o de vigilância e de polícia, cuja explicação esta na própria vigilância nacional.²¹

A admissão de estrangeiros no Brasil, funda-se em critérios de conveniência, segurança nacional, organização institucional e em interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil inclusive na defesa do trabalhador nacional, conforme redação do art. 2º do Estatuto dos Estrangeiros. Ainda em relação à admissão esta varia de acordo com o tipo de visto a ser concedido ao estrangeiro, regulada no título II capítulo I da Lei 6.815/80.

Uma vez admitido, o estrangeiro estará sujeito à Lei brasileira que lhe garante igualdade diante dos nacionais, de acordo com o caput do art. 5º da Constituição Federal. Segundo a Constituição Federal, tem-se:

todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes.

Seguindo a mesma linha, o art. 1º do Código Civil Brasileiro que diz que “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Assim sendo, o artigo em tela, demonstra uma vez mais a inexistência distinção entre brasileiro e estrangeiro.

Embora o art. 5º da constituição não faça distinção entre brasileiros e estrangeiros, pode-se ver na constituição que tal igualdade não é plena, existindo em alguns casos, distinção entre brasileiros e estrangeiros. Nota-se também a

²⁰ ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 342.

²¹ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 254.

distinção de tratamento entre estrangeiros (portugueses tem tratamento diferenciado).

Destaque-se uma que uma série de dispositivos legais respaldam a afirmação feita acima. O art. 12, parágrafo 1º da Constituição Federal, que diz que aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição. Gozam os portugueses de tais benefícios, por conta do acordo bilateral entre Brasil e Portugal, denominado de Estatuto da Igualdade.²²

Em decorrência de tal estatuto, os Portugueses gozam de dois tipos de igualdade: uma igualdade relativa a direitos e obrigações civis e uma mais ampla que gera para além dos direitos e obrigações civis, o gozo direitos políticos²³.

Para que goze da igualdade de direitos e obrigações civis, o estrangeiro deve endereçar pedido ao Ministro da Justiça, ressaltando-se aqui que só o interessado pode fazê-lo, pois se concedido tal visto, reverter-se-ia apenas a seu favor e não de terceiros. Assim, no pedido o estrangeiro deverá provar a nacionalidade portuguesa e capacidade civil, de acordo com a Lei brasileira. Deverá também apresentar a prova de residência permanente no Brasil, mesmo que esta seja adquirida na véspera do pedido.

Por outro lado, se o pedido visa também à aquisição do gozo dos direitos políticos, para além dos direitos e obrigações civis, o interessado deverá endereçar pedido ao Ministro da Justiça, solicitando-os. Do mesmo deverão constar prova da nacionalidade portuguesa, capacidade civil de acordo com a Lei brasileira, prova de residência no território brasileiro (pelo prazo de três anos), domínio à língua/escrita portuguesa, e de estar no gozo dos direitos políticos em Portugal.

A este pedido, deverão ser ainda anexados os seguintes documentos: Cópia autenticada da carteira de identidade brasileira; certidão consular atual de não privação dos direitos políticos em Portugal, na qual se destinam a instruir pedido de

²² O referido estatuto é inovação jurídica resultante de tratado bilateral do início dos anos setenta, altera presentemente, entre nos, a clássica noção da nacionalidade como pressuposto necessário da cidadania. Seu regime torna possível que, conservando incólume o vínculo de nacionalidade com um dos dois países, o indivíduo passe a exercer no outro, direitos inerentes à qualidade cidadão como se pode ver em REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 181-182.

²³ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 182-183.

igualdade de direitos políticos; declaração de residência, sob as penas da Lei e anexando o comprovante de residência (conta de luz, água, telefone ou outros); atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública; prova de que sabe ler e escrever, por meio de diploma ou declaração de escolaridade; certidão consular comprovando que possui a nacionalidade portuguesa e, finalmente, original do certificado de igualdade de direitos e obrigações civis.

Aceite o pedido, o indivíduo poderá votar e ser votado. Salvo para os cargos que a Lei brasileira excetua, poderá ainda se ingressar no serviço público tal qual cidadão brasileiro. No tocante aos direitos políticos, perde-os em Portugal. Tal fato se dá para evitar duplo gozo dos referidos direitos²⁴.

O *status* de igual termina pela expulsão, pelo término da permanência (decisões que são tomadas pelas autoridades brasileiras), pela perda da nacionalidade originária, suspensão dos direitos políticos em Portugal (decisões tomadas pelas autoridades portuguesas).

De acordo com o art. 107 da Lei 6.815/80, o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil. Em especial lhes é vedado:

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos.²⁵

²⁴ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 183.

²⁵ Nesse sentido também se manifesta a o art. 38 da Declaração Americana dos Direitos do Homem que dispõe: "Todo estrangeiro tem o dever de se abster de tomar parte nas atividades políticas que, de acordo com Lei sejam privativamente dos cidadãos do Estado em que se encontrar."

Por tudo, nota-se no parágrafo único deste artigo que os portugueses beneficiários do Estatuto da Igualdade de direitos, têm tratamento diferenciado dos demais estrangeiros, embora a constituição brasileira não o faça.

Aos demais estrangeiros que adentrem ao território brasileiro a Carta Magna brasileira garante igualdade no gozo de direitos²⁶, embora estabeleça também uma série de restrições, como no caso dos cargos políticos a serem ocupados por brasileiros natos como a Presidência e Vice-Presidência da República, cargos públicos, e uma série de outros regulados pela Constituição, também não poderão exercer serviço militar, pois este se enquadra nos aspectos políticos nos quais os estrangeiros não devem se imiscuir conforme foi dito antes, por este ser serviço relativo a segurança nacional, e de natureza política, também não pode exercer uma série de outras atividades, como bancárias, de seguro, minas, águas, advogado²⁷, bem como uma série de outras situações encontradas ao longo da Lei.

4.3 DOCUMENTOS DE VIAGEM PARA ESTRANGEIROS

De acordo com a Lei 6.815/80, são documentos de viagem para o estrangeiro o passaporte e o *laissez-passer*, que são documentos de propriedade da União, cabendo a seus titulares a posse direta e o uso regular.

O passaporte é documento emitido pelo governo, em favor do titular, e tem como objetivo permitir a sua locomoção em território estrangeiro. Para além de identificar a nacionalidade do estrangeiro viajante, permite que o emissor lhe preste ajuda legal no estrangeiro, bem como beneficiá-lo por eventuais tratados celebrados com o Estado onde se encontrar.

No exterior, este documento será emitido pelas Missões Diplomáticas ou repartições consulares do país, a que pertence o estrangeiro. Além do passaporte comum, do qual falou-se acima, existem outros tipos passaporte que são especiais,

²⁶ Em relação a igualdade que reporta, o art. 5º *caput* da carta magna brasileira é claro quando diz que, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a liberdade, a igualdade, a segurança, e a propriedade, nos seguintes termos(...)”. Embora fale o artigo em estrangeiros residentes tal igualdade atinge também os não residentes.

²⁷ De acordo com o estatuto da OAB, art. 48 parágrafo único, que estabelece que ao estrangeiro será permitida a inscrição nas mesmas condições estabelecidas para os brasileiros no seu país de origem.

tais como: O passaporte Diplomático, o passaporte de Serviço e o passaporte para Estrangeiro.²⁸

Laissez-Passer é documento substituto do passaporte, emitido quando o estrangeiro porta passaporte inválido ou que não seja reconhecido pelo Brasil. Ou quando aqui pretenda ingressar. Sua validade não pode superar dois anos, podendo ser prorrogado. Embora este documento seja substituto do passaporte, sua validade é para uma viagem apenas para o país que o concedeu. Este documento é de propriedade do país que o concede. Este documento pode ainda ser emitido, em favor de asilado, e é documento que pode ser concedido no Brasil ou no exterior²⁹.

Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro no Brasil, que tenha nacionalidade indefinida (apátrida). Para nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outros países encarregados de protegê-lo, o refugiado ou asilado será admitido no Brasil conforme art. 55º incisos I, a, b, c e II, do Estatuto dos Estrangeiros.

Embora o passaporte e o *laissez-passer* sejam os principais documentos para ingresso no Brasil, é importante salientar que não são os únicos documentos com que podem os estrangeiros ingressar no Brasil. Há uma série de outros com os quais pode fazê-lo, dentre os quais destacam-se o salvo-conduto, a permissão para reingresso, a carteira de marítimo, o certificado de membro de tripulação de transporte aéreo e, a cédula de identidade civil.

O salvo-conduto é documento de viagem que o Brasil concede ao estrangeiro que aqui goza de asilo, para saída do território nacional. O mesmo é concedido pelo Departamento de Polícia Federal.³⁰

²⁸ O passaporte Diplomático é emitido e pode ser estendido aos familiares de pessoas que desenvolveram ou desenvolvem determinadas funções como, por exemplo, a de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro do Estado e funcionários de carreira Diplomática, normalmente esse tipo de passaporte é emitido pelo Ministério das relações exteriores. Já o passaporte de serviço é emitido em favor de pessoas nacionais de determinado país e que a este prestem serviço a exemplo destes tem-se os membros e funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores. O ultimo destaque feito foi o passaporte de Estrangeiro, embora o passaporte via de regra seja emitido em favor de nacional, alguns países o concedem a estrangeiro, que se enquadre em determinadas condições, como o caso do nacional de Estado que não tenha representação no país onde se encontra, como o caso dos asilados, apátridas como se pode extrair da obra de Ricardo Gama. GAMA, Ricardo Gomes. **Introdução ao Direito Internacional**. 1. ed. São Paulo: Bookseller, 2002. p. 172-173.

²⁹ O parágrafo único do art. 56 do Estatuto dos Estrangeiros, fala da concessão do *laissez-passer* para asilado, que dependera de audiência previa no Ministério da Justiça.

³⁰ GAMA, Ricardo Gomes. **Introdução ao Direito Internacional**. 1. ed. São Paulo: Bookseller, 2002. p. 174.

Quanto à permissão para reingresso, trata-se de documento de viagem que é concedido a estrangeiro que reside em território brasileiro, e que nele pretenda reingressar quando não dispõe de passaporte válido. Este documento é válido apenas durante o período da viagem do estrangeiro, devendo ser devolvido de imediato no momento em que se complete o reingresso do estrangeiro no Brasil.

A carteira de marítimo é o documento de viagem substituto do passaporte comum, para efeito de embarque e desembarque em território brasileiro, quando o estrangeiro viaja pela via marítima.

O certificado de membro de tripulação, também substituto do passaporte comum, é emitido em favor de estrangeiro membro de tripulação de transporte aéreo, e seu efeito é permitir o embarque e desembarque no território brasileiro.

Por último, a cédula de identidade civil é documento que substitui o passaporte comum nos casos previstos em tratados internacionais, dos quais o Brasil faz parte³¹.

Após passar-se pela questão da admissão de estrangeiros no Brasil, *mister* que se trate no presente trabalho dos motivos pelos quais não será permitida a sua entrada no território brasileiro. Ressalva importante que deve ser feita, é que o Estado brasileiro quando proíbe a entrada de um estrangeiro no seu território é por questões atinentes a segurança interna, da ordem pública, sem que isto configure pena para o impedido, e sim seja uma manifestação do seu poder soberano, motivo pelo qual tem também a discricionariedade de admitir estrangeiros em seu território.³²

O estrangeiro será, portanto, impedido de entrar no Brasil se for inconveniente (nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais), critério estabelecido pelo Ministério da justiça. Se for menor de dezoito anos, sem prévia autorização de seu representante legal. Se tiver sido anteriormente expulso do país, a não ser que tal expulsão tenha sido revogada, que tenha sido condenado por crime doloso em outro, que seja passível de extradição por parte de acordo com a Lei do Brasil e, por último, quando não cumpra as condições de saúde estabelecida

³¹ GAMA, Ricardo Gomes. **Introdução ao Direito Internacional**. 1. ed. São Paulo: Bookseller, 2002. p. 174.

³² DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado (Parte Geral)**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

pelo Ministério da Saúde, conforme redação dos incisos do art. 7º do Estatuto dos Estrangeiros, conforme segue:

Art. 7º - Não se concederá visto ao estrangeiro:

- I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;
- II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;
- III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;
- IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou
- V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Também não será permitida entrada de estrangeiro que, devedor de multa, não o faça no momento em volta ao Brasil. Também não serão permitidas as entradas de quem não apresentar documento válido ou carteira de identidade válida, que esteja como o prazo de validade vencido, com indício de falsificação ou rasura; ou que seu visto não atenda os requisitos necessários para sua emissão. Além destas situações, existem ainda outras situações diante das quais não será concedido visto de entrada ao estrangeiro, mesmo que este seja portador de visto consular, nos seguintes casos: doença mental, doenças hereditárias ou familiares doenças ou lesões que incapacitam definitivamente para o exercício de profissão a que se destina defeito físico, mutilação grave, doenças de sangue e dos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, geniturinário, locomotor e do sistema nervoso que acarretam incapacidade superior a 40%, alcoolismo crônico e toxicomania, para além de um serie de outras situações qual não permitirá a sua entrada conforme o art. 52 do Decreto:

Art. 52 - Respeitado o disposto no § 3º do artigo 23, parágrafo único do artigo 33 e no artigo 34, serão impedidos de entrar no território nacional, mesmo com o visto consular em ordem, os estrangeiros portadores de:

- I - doença mental, de qualquer natureza e grau;
- II - doenças hereditárias ou familiares;
- III - doenças ou lesões que incapacitam definitivamente para o exercício da profissão a que se destina;
- IV - defeito físico, mutilação grave, doenças do sangue e dos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, geniturinário, locomotor e do sistema nervoso que acarretam incapacidade superior a 40%;
- V - Alcoolismo crônico e toxicomania;
- VI - neoplasia maligna;
- VII - invalidez;
- VIII - doenças transmissíveis:
 - tuberculose
 - hanseníase

- tracoma
- Sífilis
- leishmaniose
- blastomicose
- tripanosomíase
- e outras, a critério da autoridade sanitária.

Pode-se ver, no caso que o referido artigo trata de forma exaustiva do impedimento por motivo de saúde, situações que se encontram a critério das autoridades sanitárias brasileiras que determinarão ou suspenderão o impedimento. Caso se de impedimento por motivo de saúde, a autoridade sanitária informar imediatamente a Polícia Federal, e quando houver dúvida sobre a saúde do estrangeiro deverá comunicar ao mesmo órgão a necessidade de entrada do estrangeiro para que mediante exames complementares se comprove seu perfeito estado de saúde. Ressalte-se que esta entrada será condicional e, portanto, o estrangeiro não poderá se afastar ou deixar a localidade de entrada sem terminem os exames comprobatórios, deverá permanecer em lugar estabelecido pela Polícia Federal, que reterá seu documento de viagem.

As razões do impedimento serão anotadas no documento de viagem do estrangeiro, e sobre o visto constará carimbo de impedido apostado pela Polícia Federal. A Polícia Federal fixará prazo de estada e local onde deva permanecer o estrangeiro, ficando o estrangeiro sob custódia.

Uma vez impedido, o estrangeiro fica sob a responsabilidade da empresa transportadora, que deverá lhe assegurar a manutenção durante o prazo em que aqui permanecer, para além de lhe fazer o traslado para o país do qual provém. O prazo máximo para manutenção de estrangeiro, impedido em território brasileiro, é de trinta dias prorrogáveis por igual período.

5 DIREITO DE ASILO

5.1 CONCEITO

É o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido; geralmente, mas não necessariamente, em seu próprio país *patrial* - por causa de dissidência política, de delitos de opinião, ou por crimes que, relacionados com a segurança do Estado, não configuram quebra do direito penal comum.³³

O asilo tem a finalidade de proteger a pessoa humana, vítima de perseguição, que necessita de amparo ou refúgio.³⁴

No direito atual, o asilo só é concedido como viu-se acima no caso de crimes políticos, afastando-se sua concessão para crimes comuns, assim existem duas formas corriqueiras de asilo: o territorial e o diplomático. Porém, há quem assevera a existência de uma terceira forma de asilo, o neutro que conforme será visto adiante nada mais é que asilo territorial.

Configura-se o asilo como sendo, ao mesmo tempo, um direito do indivíduo e do Estado. O primeiro tem o direito de buscá-lo onde quer que seja, já o segundo não tem a obrigação de concedê-lo, em decorrência da sua soberania³⁵. Neste sentido, se manifestam a Convenção sobre Asilo Diplomático³⁶, em seu artigo II, e a Convenção sobre Asilo Territorial, que o faz em seu artigo I³⁷. Atualmente, a regra vigente é da extradição do criminoso comum, e da concessão de asilo para criminoso político, que vem sendo adotada desde a revolução francesa.

A respeito deste instituto, de direito internacional, o Brasil adota-o como sendo um dos princípios pelo qual o país se rege nas suas relações internacionais, conforme o inciso X do art. 4º da Constituição Brasileira.

³³ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 185.

³⁴ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 287.

³⁵ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 287.

³⁶ "Assinada em Caracas a 28, de marco, de 1954. Aprovada pelo Decreto Legislativo 34 de 12, de Agosto, de 1964".

³⁷ "Assinada em Caracas a 28, de marco, de 1954 e aprovada pelo Decreto Legislativo 34 de 12, de Agosto, de 1964".

5.2 ASILO TERRITORIAL

Também denominado de externo ou internacional, é o que um Estado concede aos indivíduos perseguidos, dentro do seu território. E não como ocorre no asilo diplomático, o qual é concedido pela autoridade de um Estado no território de outro³⁸. É a forma perfeita e acabada do asilo político³⁹. O artigo I da Convenção dos Direitos do Homem dispõe em seu parágrafo 1º que, “todo homem vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar de asilo em outros países”.

Esta forma de asilo é admitida por toda a sociedade internacional, que se baseia no princípio da soberania dos Estados, princípio patente no artigo I da Convenção sobre Asilo Territorial. Pessoas que gozam desta forma de asilo, são denominadas de refugiados conforme art. 1º da convenção. Segundo este, é reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O Estatuto do refugiado, atualmente regulamentado no título III da Lei 6.815/80, trata da condição de asilado⁴⁰, como também o faz o Decreto regulamentador da referida Lei, que o faz em seus artigos:

³⁸ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 292.

³⁹ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 207.

⁴⁰ Art. 28. O estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar.

Art. 29. O asilado não poderá sair do País sem prévia autorização do Governo brasileiro.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na renúncia ao asilo e impedirá o reingresso nessa condição.

Art. 56 - Concedido o asilo, o Departamento Federal de Justiça lavrará termo no qual serão fixados o prazo de estada do asilado no Brasil e, se for o caso, as condições adicionais aos deveres que lhe imponham o Direito Internacional e a legislação vigente, às quais ficará sujeito.

Parágrafo único - O Departamento Federal de Justiça encaminhará cópia do termo de que trata este artigo ao Departamento de Polícia Federal, para fins de registro.

Art. 57 - O asilado, que desejar sair do País e nele reingressar sem renúncia à sua condição, deverá obter autorização prévia do Ministro da Justiça, através do Departamento Federal de Justiça.

O refugiado goza dos mesmos direitos e deveres que goza um estrangeiro, pois não deixa de sê-lo e assim deverá se guiar pela Lei brasileira. Estará isento das restrições da emigração, e não sofrerá qualquer sanção por ter entrado ilegal no país desde que se apresente de imediato às autoridades brasileiras e demonstre ter vindo diretamente de país onde é perseguido⁴¹. Assim, a este indivíduo não se aplicará à extradição, ainda que os países rompam suas relações diplomáticas. Já, aquele que busca asilo, por que perseguido pelo cometimento de crime comum ou por motivo que choque com os princípios das Nações Unidas, não terá o benefício de tal instituto do direito internacional.

Termina o asilo na forma territorial pela saída do refugiado do país de refúgio, pela cessação do motivo que originou o asilo, pela expulsão do refugiado do território brasileiro ou pela morte do asilado.

Refugiado, nos termos do artigo da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, é aquele que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode, ou devido ao referido temor, não quer voltar a ele. De acordo com a referida convenção os refugiados desfrutam dos mesmos direitos e deveres que os estrangeiros.⁴²

O Brasil, acolhe ao instituto de forma expressa no art. 4º da Constituição, incluindo-o como um dos princípios que regem o país nas suas relações

⁴¹ Conforme ensinamento de Celso Mello. MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 778.

⁴² Assinada e aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 28 de Julho de 1951, vigendo a partir de 1954.

internacionais, e trata igualmente do assunto no Estatuto dos Estrangeiros nos arts. 28 e 29:

Art. 28. O estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar.

Art. 29. O asilado não poderá sair do País sem prévia autorização do Governo brasileiro.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na renúncia ao asilo e impedirá o reingresso nessa condição.⁴³

A respeito de asilo neutro, Mattos diz “tratar-se de proteção que um Estado neutro concede às forças armadas de um dos beligerantes envolvidos num conflito e que procuram refúgio em seu território.”⁴⁴ O Brasil ao receber as forças armadas do país beligerante deve desarmá-las e interná-las, visando sanar as hostilidades⁴⁵.

5.3 ASILO DIPLOMÁTICO

Também denominado de extraterritorial ou interno, ou ainda político. Esta forma de asilo, é concedida no caso de cometimento de crimes ou por motivos políticos, sendo negada a aquele que cometeu crime comum como frisado acima (deve ser este entregue à autoridade que o reclama). Tem como seu precursor o asilo religioso, do século XV se, mantendo até ao início do século XX. Porém, antigamente ele não se revestia com as características atuais, pois era concedido a criminosos comuns e não aos políticos. Hoje, o referido instituto encontra grande simpatia por parte dos países da América Latina, e é concedido a criminosos ou por motivos políticos, conforme redação do artigo I da Convenção sobre Asilo Diplomático firmada em Caracas em 28 de março, de 1964, que regula de forma sucinta a matéria.

⁴³ No mesmo sentido os arts. 56 e 57 do Decreto n. 86.715/81.

⁴⁴ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 287.

⁴⁵ ARAUJO, Luiz Ivani Amorim de. **Direito Internacional Público**. 9. ed. Rio de Janeiro Forense, 1998.

O asilo outorgado em legações, navios de guerra e acampamentos ou aeronaves militares, a pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos, será respeitado pelo Estado territorial, de acordo com as disposições desta convenção.

Ainda, no mesmo artigo, a convenção trata de definir Legação como sendo a sede de toda missão diplomática ordinária, a residência dos chefes de missão e os locais por eles destinados para esse efeito, quando o número de asilados exceder a capacidade normal dos edifícios. Porém, e segundo estabelece o referido artigo os navios de guerra ou aeronaves militares, que se encontrem provisoriamente em estaleiros, arsenais ou oficinas para serem reparados não poderão constituir recinto de asilo.

Esta forma de asilo, se concede desde que o perseguido se ache ameaçado no seu direito à vida e na sua liberdade. Esse perigo poder provir das autoridades legais, das autoridades de fato, de forças revolucionárias, de pessoas ou multidões que tenham escapado ao controle das autoridades⁴⁶. Para tal, o interessado deve solicitá-lo junto a determinado Estado, que pode concedê-lo ou não. Antes da concessão o Estado analisará a urgência e os motivos políticos, portanto a análise destes motivos é de competência única e exclusiva do Estado.

Depois de concedido o asilo, e conforme redação dada pelo artigo VIII da convenção.

O agente diplomático, comandante de navio de guerra, acampamento ou aeronave militar, depois de concedido o asilo, comunica-lo-á, com a maior brevidade possível, ao Ministério das Relações Exteriores do Estado territorial ou a autoridade administrativa do lugar, se o fato houver ocorrido fora da capital.

Esta forma de asilo é decorrente da imunidade de jurisdição do agente diplomático e da missão que representa.⁴⁷

Funda-se tal forma de asilo, em critério de humanidade qual seja, a proteção da vida daquele indivíduo vítima de perseguição. Não importa que haja

⁴⁶ MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 290.

⁴⁷ Os agentes diplomáticos de um Estado estrangeiro possuem imunidade, pois eles representam e conduzem os interesses do Estado em outro país estrangeiro, podendo exercer o seu papel com a segurança jurídica necessária, pois é inviolável sua pessoa e a sede da missão, como pode ser visto na obra de Nadia de Araújo. ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 224.

reciprocidade ou não. O Estado deverá conceder ao indivíduo o salvo-conduto, proteção que se concede aos asilados políticos, e tem como finalidade retirar o estrangeiro com segurança do país onde se encontra a missão, sem que aquele corra o risco de ser molestado e preso pelas autoridades locais. O indivíduo, que se encontra asilado em determinado país, não está sujeito à extradição nem mesmo quando houver ruptura das relações diplomáticas entre os países em questão.

A partir da qualificação de criminoso político ou comum, terá ou não início o asilo⁴⁸, que terminará pela saída do refugiado do país de refúgio, pela cessação do motivo que originou o asilo, pela expulsão do refugiado do país que o recebeu e pela morte do refugiado.

⁴⁸ MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 776.

6 CONCLUSÃO

Buscou-se com o presente estudo, fazer uma análise da condição jurídica do estrangeiro, levando-se em conta, que no mundo global em se vive hoje há uma grande necessidade de migrar, sendo variados os motivos pelos quais o indivíduo é obrigado a se ausentar de sua pátria, e entrar em outros países assumindo aí a condição de estrangeiro. Porém, e apesar dessa condição o indivíduo estará sujeito a arbitrariedades por parte do Estado em que entrou, tendo aí uma série de direitos e deveres quase sempre na mesma proporção em que gozam os cidadãos do referido país, salvo em algumas situações que os Estados lhe impõe.

Portanto, buscou-se com o presente estudo, demonstrar que o indivíduo pode se inserir no seio das diferentes sociedades sem nenhum receio.

Falou-se também do direito de asilo e suas formas peculiares, tentando estabelecer um liame entre a condição de asilado e a condição jurídica do estrangeiro pelo fato de que, o asilado no momento em que adentra ao território brasileiro, assume a condição de estrangeiro, assim como os demais estrangeiros que o fazem pela via convencional, sujeito a direitos e deveres pela condição que assume. E pelo fato de que o asilado ao adentrar em território brasileiro, estará isento dos requisitos de entrada, que são exigidos aos demais estrangeiros. Embora sua entrada não seja pela forma convencional, o que o tornaria clandestino e sujeito a deportação, tem-se admitido sua permanência desde que cumpra os requisitos que lhe são impostos pela lei brasileira.

O elo de ligação, entre a condição jurídica do estrangeiro e o direito de asilo no presente estudo é, portanto, o estrangeiro, resultando daí a necessidade do estudo de duas situações que aparentemente não tem ligação alguma.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ARAÚJO, Luiz Ivani Amorim de. **Direito Internacional Público**. 9 ed. Rio de Janeiro Forense, 1998.
- ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado (Parte Geral)**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- GAMA, Ricardo Gomes. **Introdução ao Direito Internacional**. 1. ed. São Paulo: Bookseller, 2002.
- GARCEZ, José Maria Rossani. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2. ed. Ampliada. Rio de Janeiro, 2003.
- MATTOS, Aderbal Meira. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
- RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado**. 3. ed. Aumentada. São Paulo: LTR, 1996.
- TENORIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**. 11. ed. v. I. São Paulo - Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. 4. ed. v. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.